

-

É, assim, nesta deixa que pega carona a observação acima, embora correndo o risco de não encontrar interlocutores, dado que a tradução brasileira disponível acrescenta aos conglomerados mais intransponíveis do original inglês soluções vernáculas às vezes discutíveis.

No já mencionado prefácio, Jameson defende-se de antemão das queixas de um leitor impertinente como eu, desqualificando expectativas de clareza e simplicidade, que, segundo ele, poderiam ter "a intenção de fazer o leitor passar rapidamente por uma frase, de tal modo que ele pudesse saudar uma idéia pronta sem esforço, de passagem, sem suspeitar que o pensamento verdadeiro exige uma descida à materialidade da linguagem e uma conformidade com o próprio tempo na forma da frase? Na linguagem de Adorno - talvez a mais fina inteligência dialética, o mais fino estilista deles todos - a densidade é ela mesma um conduto de intransigência: a massa áspera de abstrações e de referências cruzadas é destinada, precisamente, a ser lida em situação,

contra a facilidade barata daquilo que a circunda, como um aviso ao leitor do preço que ele tem de pagar pelo pensamento genuíno" (p. 4).

Será que a maternidade da linguagem e a conformidade com o próprio tempo precisam maltratar tanto o leitor?

O argumento de autoridade que incluir Adorno na discussão não deve calar a discussão. Quais os limites da densidade e da obscuridade? Da complexidade e da ilegibilidade? Tantos abstratos, é claro, só fazem sentido quando situacionalizados, isto é, *densidade, obscuridade, complexidade e ilegibilidade* não existem em si mesmas, são categorias sempre relativas, e relativas, sobretudo, à circulação prevista para os textos passíveis de à luz delas serem avaliados. Nesse sentido, seria interessante pôr lado a lado Jameson e Raymond Williams, Adorno e Brecht, e repensar a questão a partir da práxis política textual de cada um deles.

Mais nonadas? Pão ou pães, questão de opiniões, lembra Mestre Guima...

Fica para os leitores conferirem.

Le Mouvement Social,
na 62, "Syndicats d'Europe",
organizado por Jacques Freyssinet,
jan.-mar. 1993, 160 p.

CLÁUDIO BATALHA

(professor do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas)

Quais as dificuldades, os desafios, as tendências do sindicalismo na Europa dos últimos anos e num futuro próximo, que começa a se delinear

com o Tratado de Maastricht? São algumas das questões abordadas nos artigos que compõem este número da revista francesa *Le Mouvement Social*.

Le Mouvement Social é a mais importante revista especializada francesa a tratar da história do trabalho, tema que domina - ainda que não seja o único abordado - os números publicados desde sua origem. A revista surge em 1960, quando substitui o boletim do Instituto Francês de História Social, que tinha por título *L'Actualité de l'Histoire*, e nos anos seguintes se torna autônoma em relação ao Instituto. Este número da revista mostra a sua abertura para a discussão de temas da atualidade e sua vocação interdisciplinar, com as colaborações de economistas, sociólogos, cientistas políticos e especialistas de teoria da administração de empresas. E foi organizado no âmbito de um seminário regular dedicado às comparações internacionais sobre o sindicalismo e as relações de trabalho, que tem lugar desde 1990 no Institut de Recherches Économiques et Sociales - IRES (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais) de Paris.

Particularmente na última década o capitalismo na Europa Ocidental passou por um processo acentuado de mudanças. Mudanças que já vinham sendo delineadas anteriormente, mas que foram consideravelmente facilitadas com a ascensão de governos conservadores ou, como no caso francês e espanhol, de governos socialistas igualmente dispostos a implementar políticas neoliberais. Desse modo países como a França e a Grã-Bretanha

foram submetidos a políticas eufemisticamente batizadas de "reestruturação industrial", que nada mais eram em termos marxistas - que mudanças na composição orgânica do capital, com o aumento do capital constante e a diminuição do capital variável. Isto é, essas políticas significaram o desmantelamento de setores considerados pouco rentáveis e anacrônicos (minas de carvão, estaleiros navais, siderurgia etc.), a privatização de empresas públicas, uma crescente integração (leia-se dependência) dessas economias ao mercado internacional, e alterações no processo de produção com inovações como a robotização e a terceirização nos setores ainda considerados rentáveis e modernos. Ainda serão precisos alguns anos para se ter uma dimensão exata do alcance e do efetivo custo social dessas políticas, cuja implantação, aliás, não ocorreu sem resistência, que pode ser ilustrada pela longa, heróica e trágica greve dos mineiros britânicos em 1983 e os múltiplos conflitos com ocupações de fábricas e enfrentamentos entre metalúrgicos e a polícia ocorridos nos anos 80 na Lorena, até então uma das principais regiões siderúrgicas da França. Se a classe operária como classe não está desaparecendo, os setores que mais marcaram essa classe ao longo do século XX têm dificuldades para sobreviver. Essas mudanças, aliadas ao desemprego que provocaram e à incapacidade dos sindicatos em combatê-las, contribuem para aumentar as dificuldades enfrentadas pelo movimento sindical, que tem sua dimensão mais visível na queda das taxas de sindicalização.

Não é de hoje que o processo de dessindicalização vem sendo verificado na Europa Ocidental. O artigo do holandês Jelle Visser que trata do tema mostra que, com exceção da Suécia e da Finlândia, em quase todos os países (não são fornecidos dados quantitativos com respeito à Grécia, a Portugal e à Espanha) ocorreu uma queda nas taxas de sindicalização entre 1970 e 1989, tendência ainda mais forte no período 1980-89. A França se destaca como o caso em que esse processo ocorreu de forma mais acentuada, passando de 21,5% de sindicalizados em 1970 para 10,2% em 1989, o mais baixo índice de sindicalização entre os países industrializados, ficando abaixo inclusive dos Estados Unidos, que nesse mesmo período passou de 28,3% para 15,6%. Visser em seu artigo destaca as mudanças operadas na composição social dos sindicalizados nos últimos quarenta anos, com a diminuição da participação dos trabalhadores manuais e do operariado industrial no total de sindicalizados e o crescimento do funcionalismo público (que na maioria dos países se tornam os sindicatos com maior número de associados), e dos membros dos sindicatos da agricultura, da construção civil e dos serviços públicos. Além disso fatores como o aumento da participação dos trabalhadores aposentados entre os sindicalizados têm contribuído para mudanças nas prioridades dos sindicatos. Entretanto não houve um crescimento da sindicalização das mulheres, dos empregados em escritórios, dos empregados do comércio e dos trabalhadores a tempo parcial, proporcional ao crescimento

dessas categorias e setores. Por último, Visser não incorre no erro comum a esse tipo de análise comparativa, que é o de deixar de lado o que há de específico em cada caso nacional ou setor de atividade, ao apontar para as diferenças de país para país, inclusive entre as causas da dessindicalização. Ressalta que as taxas de sindicalização nem sempre refletem a efetiva capacidade de mobilização e de poder institucional, e, ainda, que pertencer a um sindicato não implica o mesmo significado, as mesmas dificuldades, os mesmos custos, ou os mesmos deveres em todos os lugares.

O processo de criação de um mercado único englobando relações de assalariamento heterogêneas, como aponta Jean Freyssinet no editorial da revista, suscita questões relativas à capacidade dos sindicatos europeus de desenvolverem ações e constituírem organizações transnacionais. Mais uma vez, ficou claro que essa questão já deixou de ser uma possibilidade puramente teórica, com o exemplo recente do movimento grevista que eclodiu em diversas categorias em vários países no mesmo momento durante o primeiro semestre deste ano. As tentativas de europeização do movimento sindical e, particularmente, o caso da Confederação Européia dos Sindicatos (CES), organização fundada em 1973 de orientação predominantemente social-democrata e a primeira a moldar-se à realidade da CEE, confederação essa que hoje reúne quarenta centrais sindicais de 21 países (entre as quais a poderosa DGR alemã, a TUC inglesa e as italianas CISL e UIL), são o objeto de análise

do artigo assinado pelos cientistas políticos franceses Guy Groux, René Mouriaux e Jean Marie Pemot, ligados à *Fondation Nationale de Sciences Politiques* (FNSP) de Paris.

Dois outros artigos compõem o volume. Um de Udo Rehfeldt, pesquisador do IRES, sobre a política dos sindicatos europeus diante da transnacionalização das empresas, e das tentativas frustradas de regulamentar a representação e a participação dos trabalhadores nessas empresas mediante a negociação coletiva e uma legislação européia. O outro de Isabel da Costa e de Annie Garanto, respectivamente especialista em estudos sobre o emprego e professora de administração de empresas da Universidade de Paris X - Nanterre, artigo que busca verificar as conexões entre a sindicalização e as empresas japonesas na Europa; e desmente a visão corrente de que haveria uma ligação direta entre o "toyotismo" e uma baixa taxa de sindicalização.

Esse número da revista *Le Mouvement Social* conta, além do editorial do organizador e dos quatro artigos mencionados, com várias resenhas de obras publicadas que tratam dos temas abordados, resenhas escritas tanto pelos autores dos artigos que compõem este número como por outros colaboradores.

O leitor não encontrará neste número de *Le Mouvement Social* uma crítica do capitalismo europeu contemporâneo, tampouco encontrará uma análise global do processo atravessado pelo sindicalismo europeu em função das políticas de "reestruturação industrial", nem são esses os objetivos a que os autores e o organizador se propõem. O editorial assinado por Jean Freyssinet, que tem por título "Sindicalismos na Europa", é o artigo que mais diretamente lida com as grandes questões enfrentadas pelo sindicalismo europeu ao apontar algumas das principais tendências, mas não tem a intenção ou as condições de desenvolver uma análise detalhada. Os demais artigos tratam de algumas das questões enfrentadas pelo sindicalismo europeu, não de todas, e por vezes partem de uma base empírica limitada, caso do artigo de Isabel Costa e Annie Garanto, sobre as empresas japonesas e o sindicalismo na Europa, que tem por base uma pesquisa que inclui apenas a França e a Espanha. Malgrado, essas limitações, de certo modo inevitáveis numa publicação com essas características, esse número de *Le Mouvement Social* é uma importante contribuição para o entendimento da situação vivida pelo sindicalismo europeu na atualidade, seus impasses e suas perspectivas.

FREYSSINET, Jacques (org.). Le Mouvement Social. Syndicats d' Europe, n°. 62, jan-mar. 1993, 160p. Resenha de: BATALHA, Cláudio. *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.1, 1994, p.131-134.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Sindicalismo; Trabalho; Europa.